

Entre o material e o místico: uma análise acerca dos fatores desencadeadores da Primeira Cruzada

Jeferson Dalfior Costalonga

(Graduado em História/ Saberes; Graduando em Biblioteconomia/ UFES)

Resumo:

A Primeira Cruzada foi conclamada em 18 de novembro de 1095, pelo Papa Urbano II, em Clermont, Sul da França. Em seu discurso o pontífice persuadiu os fiéis sobre a necessidade de uma expedição militar à Palestina com o intuito de libertar os cristãos que estavam sob o jugo dos “infieis” maometanos. Diante da promessa de recompensas celestiais a quem aderisse àquela empreitada, a multidão aceitou imediatamente a proposta de Urbano II. Observamos, no entanto, várias interpretações sobre quais seriam as intenções daquela empreitada. Diferentes motivações podem ser consideradas plausíveis para o empreendimento da Primeira Cruzada: espiritual, econômica ou política. Entendemos que ainda prevalece a ideia de que se tratava de um projeto expansionista. Nossa intenção é apresentar uma perspectiva oposta a esse senso comum, não para justificar, mas para entender aqueles acontecimentos.

Palavras-chave: Idade Média; Cruzada; Cristianismo; Expansionismo.

Abstract:

The First Crusade was called upon Pope Urban II in November, 18th 1095, in Clermont, South of France. His speech persuaded the followers of the Church about the necessity of a military expedition to Palestine, intending to free the Christians from the power of the “faithless”, the muslims. A crowd immediately accepted Urban II deal due to the promises of Heavenly rewards for those who engaged the mission. We notice, however, different interpretations about the real intentions of the quest. Different motivations can be considered true for the initiative of the First Crusade: spiritual, political, economical. It`s still considered the conquest as an expansionist a Project. Our intention is to present an opposite view to this common sense, not to justify, but to understand those events.

Keywords: Middle Age; Crusade; Cristianism; Expansionism.

Introdução

Passados vários séculos do início do movimento que seria posteriormente denominado de “cruzada”¹, o referido tema ainda gera discussões entre estudiosos e outros interessados no assunto. Os debates, geralmente, giram em torno de quais seriam as motivações para aquelas expedições. Em muitas ocasiões, contudo, aqueles conflitos ocorridos na Idade Média são usados para explicar, ou até mesmo justificar, eventuais ataques de fundamentalistas religiosos que ocorrem na atualidade.

Uma corrente, espiritualista, defende que a Cruzada foi, com efeito, motivada pela espiritualidade do homem medieval e que os objetivos seriam recuperar Jerusalém para a cristandade e garantir o acesso dos peregrinos ao Santo Sepulcro. Outra corrente, materialista, propõe que a Cruzada fora empreendida por motivações políticas e econômicas, como, por exemplo, aumentar a influência da Igreja Católica no Oriente e dar vazão à crescente população européia. Seja qual for o ponto de vista, as cruzadas mexeram, e ainda mexem, com o imaginário popular e fazem com que debates acerca do assunto sempre permaneçam em aberto.

Por causa da popularidade daquele movimento, o termo “cruzada” passou, ao longo do tempo, a ser empregado para várias finalidades não bélicas. Vez ou outra nos deparamos com expressões do tipo “cruzada contra a corrupção”², “cruzada contra a violência”³, “cruzada contra o terror”⁴, etc. Ou seja, a expressão “cruzada” é usada para designar objetivos para distintas propostas; da mesma forma que pode nos remeter a massacres causados por causa do fanatismo religioso, também pode significar o engajamento em uma causa nobre, válida.

Além da expedição que abordaremos no presente trabalho, outros conflitos ocorridos no Ocidente também ganharam a alcunha de “cruzada”, como as ações militares contra os cátaros⁵ e a reconquista da Península Ibérica⁶; entretanto, nenhuma dessas

¹ Os indivíduos que partiam para Jerusalém após a conclamação de Urbano II tinham o hábito de coser uma cruz de tecido sobre as próprias vestes; esses sujeitos, com o passar do tempo, foram chamados de cruzados. Por volta do século XIII o movimento passara a ser denominado de “cruzada”.

² Em palestra realizada no ano de 2006, o então ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Adylson Motta, propôs uma “cruzada” nacional contra a corrupção. (<http://tce-rs.jusbrasil.com.br/noticias/1515787/nas-comemoracoes-dos-70-anos-do-tce-rs-o-presidente-do-tcu-convocou-uma-cruzada-nacional-contra-a-corrupcao>).

³ Em sessão especial de homenagem ao Dia da Internacional da Mulher, no ano de 2007, a então senadora Roseana Sarney sugeriu que as mulheres deveriam fazer uma “cruzada” contra a violência no País. (<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/03/07/roseana-propoe-cruzada-contra-a-violencia>).

⁴ Dias após os atentados terroristas contra o World Trade Center e Pentágono, o então presidente George W. Bush falou sobre a necessidade de uma “cruzada” contra o terror. (<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL537881-10406,00-BUSH+CRUZADA+CONTRA+O+TERROR.html>).

⁵ Os cátaros formavam uma seita considerada herege pela Igreja Católica. Se expandiram de forma

campanhas despertou tamanho interesse e apelo popular como as cruzadas do Oriente. Devido a intensa tradição oral existente na época, as vitórias dos guerreiros eram repetidos à exaustão na Europa pelos cruzados que regressavam; alguns dos cavaleiros que lá combateram se tornaram personagens quase míticos. Godofredo de Bouillon⁷, Ricardo Coração de Leão⁸ e Saladino⁹, por exemplo, foram transformados por famosos escritores em personagens de destaque em diversas obras literárias. Essa popularização, contudo, tornou difícil separar o que é história do que é lenda.

Por que Jerusalém?

Para nós, indivíduos do século XXI, é difícil entender os motivos que levaram cristãos e muçulmanos a digladiarem-se por uma cidade que não lhes apresentava muitos atrativos financeiros. Encravada em uma árida região da Palestina, Jerusalém não possuía consideráveis recursos naturais; a água era escassa e a agricultura débil. Sequer era utilizada como entreposto comercial. O apreço dado pelos seguidores de Cristo e Maomé a essa cidade não pode ser mensurado por valores econômicos, mas sim por elementos teológicos que permeiam a crença desses dois grupos.

rápida por diversas regiões da Europa, principalmente no sul da França; passaram, então, a ameaçar tanto o poder do Estado quanto a influência da Igreja. Em 1179 decidiu-se por organizar uma expedição militar contra os cátaros; todos que participassem dessa campanha ganhariam a remissão dos pecados, tal qual os cruzados que foram para o Oriente.

⁶ Campanhas militares intermitentes empreendidas pelos espanhóis e seus aliados para recuperarem territórios perdidos para os muçulmanos na Península Ibérica (CUMMINS, 2012, p. 56).

⁷ De todos os cruzados, foi, com efeito, o que mais obteve fama no Oriente. Antes mesmo de a Cruzada chegar a seu destino, histórias envolvendo o Duque já circulavam pelo Ocidente. Conta-se que durante uma batalha Godofredo desferiu um golpe de espada contra um cavaleiro muçulmano com tamanha força que o rival teria sido partido em duas partes; Kostick diz que esse suposto episódio “difundiria o nome de Godofredo da Lotaríngia pela Europa” (2010, p. 51); Grousset cita que esse lotaríngio, a pedido de governantes árabes, teria decapitado um camelo como forma de demonstrar sua força (1964, p. 24). Na literatura faz parte dos “Nove Bravos”, obra do século XIV em que Jacques de Longuyon reúne indivíduos que representariam o ideal da cavalaria; além do Godofredo, também são mencionados: Carlos Magno, Rei Arthur, Alexandre, o Grande, Heitor, Júlio César, Judas Macabeu, Josué e Davi. Tem lugar em dois grandes clássicos da literatura: como herói principal da epopéia “Jerusalém Libertada”, do poeta italiano Torquato Tasso e como um guerreiro da fé cristã, no céu de “A Divina Comédia”.

⁸ Foi rei da Inglaterra e liderou a Terceira Cruzada (1189-1192); recebeu o apelido “Coração de Leão” por causa de sua valentia durante as batalhas. Consta que para financiar sua campanha militar, Ricardo I vendeu propriedades e títulos de nobreza; teria admitido que não negociou a cidade de Londres por não haver comprador interessado. Na Terra Santa, apesar de não ter conseguido recuperar Jerusalém, impôs algumas derrotas militares ao sultão Saladino; conta-se que o nome desse rei inglês era invocado para amedrontar as crianças muçulmanas que desobedeciam a seus pais (RESTON JR., 2002, p. 334). Na literatura é, junto com Saladino, personagem principal em “O Talismã”, romance histórico escrito no século XIX, por Walter Scott.

⁹ Sultão do Egito e Síria; uniu os maometanos em torno de uma causa comum: expulsar os europeus da Terra Santa. Sob seu comando os muçulmanos conseguiram retomar Jerusalém e várias cidades que estavam sob posse dos cristãos. Reston Jr. diz que algumas de suas atitudes cavalheirescas foram exaltadas pelos cronistas latinos, como o episódio que, ao observar Ricardo I combater a pé, enviou dois cavalos como presentes ao rei inglês (2002, p. 308); esse sultão era visto pelos europeus como um flagelo enviado por Deus para punir os cristãos pelos pecados por eles cometidos. Na literatura, Saladino é protagonista da obra “O Talismã” e foi colocado por Dante no inferno da “Divina Comédia”.

Atualmente vemos Jerusalém envolta em conflitos ideológicos, políticos e até bélicos. Disputas por aquela cidade sempre fizeram parte de sua antiga e violenta história. Fora destruída e reconstruída em várias ocasiões. Combates violentos e massacres fizeram-se presentes ao longo de sua existência. Pertenceu a vários impérios: babilônico, persa, macedônico, romano, bizantino, Otomano. Fora arrebatada pelos maometanos na época da expansão do islã; conquistada pelos cristãos latinos durante a Primeira Cruzada; reconquistada pelos muçulmanos no fim do século XII e atualmente é controlada pelos judeus que a fizeram capital do Estado de Israel.

O território onde hoje se encontra a Cidade Santa começou a ser povoado em torno do ano 5000 a.C. Os montes que cercam Jerusalém serviam de túmulos para os habitantes de Uruk¹⁰, que, enquanto para lá se deslocavam para sepultar seus entes, começaram a construir habitações em locais próximos a essas elevações (MONTEFIORI, 2013, p. 46). Ao decorrer do tempo, a região passou a ser chamada de *Shalem*, da qual, segundo a bíblia, Melquisedeq teria sido rei¹¹. Fora ocupada pelos jebuseus¹² e recebeu, então, o nome de *Jebus*. A junção dessas duas denominações que esse local teve é, segundo o cronista medieval Guilherme de Tiro (2015, p. 367), a origem do nome com o qual a cidade é conhecida até hoje.

Jerusalém é considerada pelos cristãos a cidade mais sagrada do mundo, pois fora nela que, segundo acredita-se, ocorreram alguns dos mais marcantes acontecimentos que envolveram Jesus Cristo, como a crucificação, morte e ressurreição. Para os islâmicos é a terceira mais importante¹³ em âmbito espiritual; seu valor deve-se ao fato de ser o local no qual está situada a mesquita Al-Aqsa, que, segundo crença islâmica, fora de onde o profeta Maomé fez sua viagem noturna rumo ao céu.

A mitificação de Jerusalém e as peregrinações

Antes do advento do cristianismo, Jerusalém já atraía milhares de peregrinos que para lá se dirigiam para participar de festividades religiosas e conhecer os locais sagrados do judaísmo, como o Templo de Salomão. Conforme a doutrina de Cristo era propagada através do proselitismo praticado por seus apóstolos e posteriores pregadores, a nova crença conseguia adeptos por abrangentes territórios. Surgiu,

¹⁰ Onde situa-se o Iraque atualmente.

¹¹ Gênesis 14: 17-19.

¹² 2 Samuel 5: 6.

¹³ Meca e Medina, respectivamente, eram os principais locais de culto para os islâmicos; Meca por ser a cidade onde nascera o Profeta e onde se encontra a *Caaba*; Medina por ser o destino de Maomé e seus seguidores após as perseguições e a consequente fuga de Meca, episódio que ficou conhecido como *hégira* e marca o início do calendário muçulmano.

então, o interesse em visitar os locais em que Jesus estivera e realizara seus supostos milagres. Já no século II, explica Runciman (2003, p. 46), lugares como o Monte das Oliveiras e o Jardim Getsêmani já eram frequentados pelos convertidos à fé cristã.

Com a conversão do imperador Constantino e a consequente aceitação do cristianismo como religião oficial do Império Romano, aumentou a busca por sítios e objetos ligados ao Messias. Consta que no século IV, Helena, mãe de Constantino, peregrinou por Jerusalém e empenhou-se em descobrir locais e artefatos ligados à paixão de Cristo. Dentre as descobertas feitas estava o que se acreditou ser o túmulo no qual, segundo a crença, Jesus permaneceu sepultado por três dias. (PERNOUD, 1993, p. 26); nesse lugar construiu-se um templo que recebeu o nome de Igreja do Santo Sepulcro, que se tornou o principal ponto de peregrinação para os seguidores de Cristo; essa busca por símbolos pode ser considerada como uma maneira de criar raízes para a nova crença e, dessa forma, tentar legitimá-la e consolidá-la.

Por essa época, conforme explica Veyne (2011, p. 5), de 70 milhões de habitantes que compunham o Império Romano, apenas cinco ou dez por cento professavam a fé cristã, porém livre das perseguições essa quantidade crescia gradativamente. À medida que o cristianismo se expandia pela Europa aumentava o número de fiéis que saíam do Velho Continente para conhecer a Terra Santa e “pelo fim do IV século, as peregrinações a Jerusalém multiplicavam-se sem cessar” (MICHAUD, 1956, p.12). De acordo com Alphandery e Dupront (1959, p. 25), essas jornadas haviam sido instituídas de tal forma que se criara uma estrutura composta por centenas de estabelecimentos para abrigar e atender os peregrinos em Jerusalém e proximidades. Por volta do final do primeiro milênio da era cristã, um cronista da época descreve a heterogeneidade dos indivíduos que se faziam presentes nas peregrinações:

Na mesma época uma multidão inumerável pôs-se a convergir do mundo inteiro para o sepulcro do Salvador em Jerusalém; ninguém, antes, poderia ter previsto uma tal afluência. Primeiramente foram as pessoas das classes inferiores, depois as do povo médio, depois todos os maiores reis, condes, marqueses, prelados; enfim, o que nunca havia acontecido, muitas mulheres, as mais nobres com as mais pobres, dirigiam-se ali. A maior parte tinha o desejo de morrer antes de voltar ao seu país (RAUL GLABER 1980 apud PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 80).

No entanto, cabe ressaltar que não era apenas a piedade que motivava o indivíduo a percorrer tão longo caminho. Conforme diz Neto (1989, p. 125), “a Igreja estimulou criminosos e pecadores de todo tipo a buscarem o perdão de Deus na Terra Santa”, ou seja, as peregrinações serviam também como forma de punição, tanto temporal quanto espiritual, para crimes e pecados cometidos. Pessoas com os perfis semelhantes aos

mencionados engrossariam as hostes cristãs na Primeira Cruzada. No século XI as peregrinações já estavam solidamente instituídas na Europa e uma interrupção, ou mesmo a dificuldade, do acesso aos lugares considerados sagrados poderia acarretar reações por parte da cristandade.

Desde o século VII, quando os muçulmanos conquistaram Jerusalém, a entrada dos cristãos na referida cidade nunca fora proibida, porém esse panorama mudaria com a ascensão da dinastia seljúcida¹⁴; o caminho para Jerusalém se tornara inóspito para os peregrinos:

Agora, porém, o viajante só podia atravessar a Anatólia se estivesse acompanhado de uma escolta armada e, mesmo assim, o caminho era repleto de perigos, e não raro ele se via interceptado pelas guerras ou por autoridades hostis. A situação na Síria era um pouco melhor. Por toda a parte, havia bandoleiros nas estradas; em cada aldeia, o senhor local procurava impor um pedágio aos passantes. Os peregrinos que conseguiam superar todas as dificuldades retornavam ao Ocidente exaustos, depauperados e com uma história horrível para contar (RUNCIMAN, 2003, p. 80).

Além das hostilidades enfrentadas no trajeto, a chegada em Jerusalém apresentava a esses viajantes outro motivo para insatisfação: a cobrança de um imposto para adentrar a cidade. Muitos desses peregrinos não tinham como pagar o tributo, pois já haviam perdido no caminho o que levavam consigo; muitos voltavam para casa - quando conseguiam voltar - sem cumprir a meta de chegar até o Santo Sepulcro e descreviam, então, os infortúnios aos quais haviam sido submetidos. Verdadeiros ou fantasiosos, tais relatos, foram usados, segundo Flori (2013, p. 322), para propagandear e fazer surgir um sentimento acerca da necessidade de uma reação da cristandade. Vale lembrar que no início do século XI, o califa fatímida Hakim ordenou a demolição do Santo Sepulcro sem gerar a mencionada comoção ocorrida no fim do século XI.

Consta que um famoso pregador popular da época, Pedro, o Eremita, fora obrigado a pagar uma pesada taxa para entrar na Cidade Santa e ao retornar de sua peregrinação entregara ao Papa uma carta enviada pelo Patriarca de Jerusalém, Simão, na qual esse expunha uma série de flagelos a que os cristãos, supostamente, eram submetidos no Oriente. Pedro também percorreu diversas regiões da França e Itália persuadindo os populares para que aderissem à sua causa (Guilherme de Tiro, 2015, p. 68).

¹⁴ Guilherme de Tiro (2015, p. 56) explica que se tratava de povos nômades de origem turca. Unificaram-se após a escolha de um líder, chamado Togrul-Bel. O nome que esse povo ficou conhecido deriva-se de Seldjuk, avô de Togrul-Bel. Converteram-se ao islamismo; após vários êxitos militares conquistaram vários reinos no Oriente.

O fator Jerusalém foi, pois, decisivo êxito do projeto de Urbano II; uma simples menção do nome da Cidade Santa gerava reações psicológicas e escatológicas, como se houvesse uma aura mágica naquele local (MAYER, 2001, p. 23). De acordo com Norbert Elias (1993, p. 45), o apreço que os cristãos ocidentais tinham pela Terra Santa fomentou uma espécie de pressão social por sua reconquista. Independente do motivo que levou o indivíduo a tomar a cruz, a Cruzada apenas aconteceu por causa da estima que os cristãos tinham por Jerusalém.

Concílio de Clermont: a conclamação para a Cruzada

Em novembro de 1095 o então Papa Urbano II realizou um sínodo em Clermont, no norte da França. Esse encontro ecumênico tratou, dentre outros assuntos, da excomunhão do rei francês, Felipe I, por adultério; de questões referentes à Trégua de Deus e da exortação à Primeira Cruzada (FLORI, 2013, p. 314). O referido evento ficou conhecido na história como o Concílio de Clermont, e pode ser considerado o ponto de partida da Primeira Cruzada. Diversas demandas acerca do projeto da Cruzada foram deliberadas na conferência, como o período em que os cruzados deixariam a Europa em direção à Palestina, quem deveria ir, como se arcaria com os custos e, principalmente, as indulgências concedidas aos participantes da expedição. No Concílio de Clermont, o Papa convenceu o público presente que a população cristã do Oriente sofria ante a opressão imposta pelos muçulmanos e que uma reação ocidental era necessária e eminente. Constantinopla e, principalmente, Jerusalém deveriam ser socorridos.

Vários cronistas medievais transcreveram o discurso de Urbano II, alguns afirmam que presenciaram a assembleia, outros com base em testemunhas que lá estiveram (RUNCIMAN, 2003, p. 104). Todos esses escreveram suas crônicas alguns anos, ou mesmo décadas, após o Concílio; é, portanto, impossível imaginar que os textos são fidedignos ao sermão papal. Observamos duas crônicas que descrevem o discurso de Urbano, uma de autoria de Fulcher de Chartres, que fez parte do séquito de Baldwin na Primeira Cruzada, e, ao que parece, esteve presente em Clermont; outra composta por Guilherme de Tiro, que escrevera sua obra com base na tradição oral dos participantes da Primeira Cruzada. Ambos os documentos convergem em diversos aspectos.

A tônica do discurso de Urbano II foi expor para o público o sofrimento pelo qual os cristãos do Oriente estavam expostos diante dos opressores muçulmanos e invocar os cristãos do ocidente para que fossem em socorro de seus irmãos; para isso deveriam

deixar de lado suas querelas pessoais e unirem-se nesse objetivo. As armas que antes empunhavam uns contra os outros, deveriam ser empregadas contra um inimigo em comum. Fez uso de passagens bíblicas para ressaltar a importância de Jerusalém para a cristandade e mencionou a degradação na qual a cidade havia sido submetida. Por fim, enfatizou que o indivíduo que aderisse àquela empresa estaria praticando uma verdadeira obra de caridade e, como prêmio, receberia a indulgência plena: a remissão de todas as culpas. Não importava o pecado praticado ou crime cometido, o perdão estava garantido. O céu fora prometido.

Optamos em aqui reproduzir um trecho da crônica de Fulcher de Chartres, intitulada *Gesta Francorum Jerusalem expugnatium*. De acordo com esse cronista, as seguintes frases foram proferidas no referido encontro:

Eu, Urbano [...] pontífice de toda a terra, venho até vós, servidores de Deus, como mensageiro para desvendar-vos o mandato divino [...] é urgente levar com diligência aos nossos irmãos do Oriente a ajuda prometida e tão necessária no momento presente. Os turcos e os árabes atacaram e avançaram [...] matando e fazendo um grande número de cativos, destruindo as igrejas e devastando o reino [...].

Por isso eu vos aprego e exorto, tanto aos pobres como aos ricos – e não eu, mas o Senhor vos apregoa e exorta [...]. Eu falo aos que estão aqui presentes e proclamo aos ausentes, mas é o Cristo quem convoca [...].

Se os que forem lá perderem a sua vida durante a viagem por terra ou por mar ou na batalha contra os pagãos, os seus pecados serão perdoados nessa hora; eu o determino pelo poder que Deus me concedeu [...].

Os que estão habituados a combater maldosamente, em guerra privada, contra os fiéis, lutem contra os infiéis [...]. Os que até agora viviam em brigas se convertam em soldados de Cristo. Os que até agora eram mercenários por negócios sórdidos, ganhem no presente as recompensas eternas.

[...] De um lado estarão os miseráveis, do outro as verdadeiras riquezas, aqui os inimigos de Deus, lá os seus amigos. Alistem-se sem demora; que os guerreiros arrumem os negócios e reúnam o necessário para prover às suas despesas [...].

[...] No mesmo instante, todos os que o ouviram, sentiram-se imbuídos de um santo zelo por esta empresa, pensando que nada seria mais glorioso; um grande número de assistentes declarou lá mesmo que partiria e prometeu utilizar todos os recursos para que os que não estavam presentes na assembleia os seguissem (FULCHER DE CHARTRES, 1960 apud PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, pp. 83-84).

Do ponto de vista de atrair adeptos, a assembleia foi um sucesso. Consta que imediatamente o público presente, aos gritos de *Deus Vult!*, *Deus Vult!*¹⁵, tomou para si a causa. Fizeram cruces com pedaços de tecidos e as coseram sobre as próprias vestes; demonstrava-se, dessa forma, a adesão àquela campanha. Através de cartas o Papa clamava o auxílio dos nobres que não estiveram em Clermont. Estabeleceu-se a trégua de Deus para que nenhum atrito detivesse os preparativos da Cruzada. Ficou decidido que a marcha se iniciaria em agosto do ano seguinte, imediatamente após as

¹⁵ Do latim, Deus o quer! Deus o quer!

colheitas.

Observa-se, pois, que o desejo coletivo em aderir à peregrinação sobressaía à própria mensagem acerca da empreitada. Não foi necessário estar no Concílio de Clermont para que aqueles indivíduos fossem convencidos de ir para a Cruzada. O discurso proferido pelo Papa surtiu efeito não apenas com o público presente ao evento, uma grande leva de cristãos aderiu ao projeto assim que souberam dos planos de Urbano II. Ademais, pregadores populares causaram com seus sermões a mesma comoção originada pelo Papa (KOSTICK, 2010, p. 17). O sociólogo francês Roger Chartier (1988, p. 17) explica que um discurso só causa o resultado desejado se o grupo assim quiser. A prédica papal, de fato, foi de encontro aos anseios de variados grupos.

Os cruzados

O cronista Guilherme de Tiro (2015, p. 76) diz que logo após o Concílio de Clermont o povo, independente de sexo, idade ou condição social, prontamente atendeu ao chamado de Urbano II; toda essa massa foi atraída, sobretudo, pelas recompensas espirituais prometidas. A remissão dos pecados foi, por excelência, a indulgência plena e acreditamos ser o principal estímulo para a intensa adesão popular que aquela empresa obteve. O caráter penitencial era um atrativo exponencial para o cruzado e “permitiu um retorno ao estado de pureza e garantiu um pretexto moral a muitas consciências transtornadas, a aventureiros ou malfeitores” (GROUSSET, 1965, p. 23).

Por orientação papal, nenhum homem recém-casado poderia se juntar à Cruzada sem a permissão de sua esposa e todos os indivíduos apenas poderiam partir de suas regiões com o consentimento do sacerdote local (RUNCIMAN, 2003, p. 108). Foi uma forma de a Igreja manter o controle sobre o movimento. Acerca da supracitada mobilização, Michaud (1956, p. 101) diz que:

Os artífices, os negociantes, os lavradores, abandonavam suas ocupações e sua profissão; não pensavam mais no futuro, nem para si mesmos, nem para suas famílias; os barões e os senhores renunciavam às suas propriedades, conquistadas pelo valor e pelos feitos de seus antepassados. As terras, as cidades, os castelos pelos quais haviam feito a guerra, perderam de repente todo valor aos olhos de seus proprietários.

No entanto, vale ressaltar que, alheio a questões espirituais, a participação naquela Cruzada oferecia algumas vantagens temporais para quem optasse em segui-la. A Igreja iria garantir a proteção de todos os bens dos peregrinos que partissem para a expedição até quando estes regressassem para seus lares (FALBEL, 2001, p. 35); outra regalia concedida, segundo Michaud (1956, p. 96), foi que enquanto estivessem na expedição, os cruzados estavam isentos do pagamento de impostos e outras dívidas contraídas, geralmente com seus senhores. Houve incontáveis situações em

que os sujeitos se alistavam apenas para se manterem próximos a amigos; outras adesões eram feitas por vaidade ou para não demonstrar desídia (GUILHERME DE TIRO, 2015, p. 75). Muitos senhores, conforme diz Michaud (1956, p. 97), ao observarem seus servos se juntarem à Cruzada, decidiam ir junto somente para preservar a autoridade sobre eles.

É provável que a maioria dos indivíduos acreditasse ter aderido, de fato, a uma jornada penitencial, uma “peregrinação armada, mas assim mesmo uma peregrinação” (PERNOUD, 1993, p. 25), pois formaram uma massa heterogênea, distinta de qualquer formação que almeje a obtenção de conquistas materiais através do uso da força. Essa discrepância fora relatada por Ana Comneno¹⁶ (1989, p. 407), testemunha ocular daqueles acontecimentos, ao observar que “acompanhava aqueles guerreiros uma multidão de gente desarmada que superava em número os grãos de areia e as estrelas; levando cruzes e palmas em seus ombros, mulheres e crianças que partiram de seus respectivos países¹⁷.”

Ficou evidente que nem todos os indivíduos que rumaram para Jerusalém eram combatentes. O grande número de pessoas que aderiu ao chamado de Urbano II não representaria, na questão bélica, vantagens para os europeus em eventuais confrontos contra os chamados “infiéis” muçulmanos. Na iminência de guerras “os governantes preferiam claramente um pequeno exército de homens mais bem treinados do que camponeses recrutados” (JESTICE, 2012, p. 14). Dessa forma os sujeitos não aptos para o combate poderiam representar problemas no que se refere à logística de uma expedição, além da necessidade de deslocar soldados para defendê-los em caso de ataques provenientes dos maometanos, como ocorreu na Batalha de Doriléia, em que Boemundo de Tarento recomendou que os indefesos se concentrassem no centro do acampamento cruzado para ficarem menos expostos aos ataques dos seljúcidas (RUNCIMAN, 2003, p. 171).

A composição do exército cruzado despertou a atenção também dos cronistas muçulmanos da época que ficaram abismados ao perceber que se distinguia de tudo que haviam visto antes. Notaram que em meio a um grande número de guerreiros armados havia uma quantidade maior de civis desarmados. Havia milhares de crianças, mulheres e velhos maltrapilhos; mais pareciam fugitivos de guerra do que gente disposta a invadir territórios (MAALOUF, 1989, p. 19). “Em resumo, a maioria

¹⁶ Filha do imperador bizantino Aleixo Comneno. Escrevera o livro *Alexíada* para narrar a vida de seu pai; nessa obra Ana trata também de vários acontecimentos referentes à Primeira Cruzada.

¹⁷ ¹⁷ Tradução livre do espanhol.

esmagadora desses guerreiros-peregrinos era de crentes que buscavam a salvação nas muralhas de Jerusalém.” (MONTEFIORE, 2013, p. 273). Dessa forma, observamos que não há motivos para duvidar que o caráter penitencial se sobrepôs ao expansionista.

As interpretações do discurso. Possíveis vislumbres políticos e econômicos e sociais.

Se considerarmos as recompensas celestiais prometida pelo Papa para aqueles peregrinos cruzados, fica evidente, *a priori* que o discurso de Urbano II estava permeado de aspectos espirituais. Contudo, alguns trechos da fala do pontífice – ou mesmo o que não foi dito – podem abrir margem para distintas concepções acerca dos propósitos, materiais ou espirituais, da Cruzada. Diversos sentidos são creditados a esse mesmo sermão de Urbano. Laurence Bardin (1977, p. 34), ao propor o método da análise de conteúdo, explica que podem surgir distintas interpretações para uma mesma prédica, pois a apreciação varia de acordo com a compreensão de cada pesquisador que pode fazer uso de dois artifícios para chegar a uma conclusão: ou a “verificação prudente ou a interpretação brilhante” (BARDIN, 1977, p.29). Ademais, conforme explicou Cahen (1989, p. 2), muitas impressões que se tem da Idade Média baseiam-se mais em idéias e sentimentos de autores e leitores do que na compreensão acerca dos atores do período analisado.

Existem diversas interpretações, de certa forma plausíveis, para o advento da Cruzada. Em âmbito político considera-se que um pedido de ajuda feito pelo imperador de Bizâncio alguns meses antes do Concílio de Clermont tenha despertado em Urbano o interesse de fazer com que a Igreja Latina voltasse a predominar no Oriente. No século XI, a dinastia turca dos seljúcidas se consolidava como uma das grandes forças da Ásia e após vencerem a Batalha de Manzikert¹⁸ arrebataram boa parte dos territórios que antes pertenciam ao Império Bizantino. Receoso com uma possível investida turca contra sua capital, Constantinopla, o imperador Aleixo Comneno, de acordo com Jestice (2012, p. 71), enviou uma comitiva em março de 1095, durante o Concílio de Piacenza, para solicitar o auxílio do Ocidente na defesa da cristandade oriental e, conseqüentemente, de seu reino. Naquela época as Igrejas do Ocidente e do Oriente, latina e ortodoxa, já estavam separadas e, diante do apelo feito por Aleixo, o auxílio enviado por Urbano II teria sido com o intuito de fortalecer o papado e impor seu prestígio religioso e político também no Oriente (FALBEL, 2001, p. 34).

¹⁸ Batalha ocorrida em 1071 entre seljúcidas e bizantinos, na qual os turcos saíram vitoriosos.

Em âmbito econômico, considera-se que a Cruzada proporcionou a indivíduos de baixa estirpe a oportunidade de tornarem-se senhores. Naquela época vigorava na Europa a prática da primogenitura. Eram os filhos primogênitos que herdavam as propriedades e os títulos de nobreza pertencentes ao pai. Aos demais filhos restavam poucas opções: ingressavam em mosteiros e ordens religiosas ou tentavam conseguir bons casamentos com filhas de grandes senhores; como esta segunda opção se tornava cada vez mais escassa, restava a esses sujeitos recorrerem à força para adquirir suas próprias terras (RUNCIMAN, 2003, p. 90). Nesse caso, podemos considerar que a Cruzada se apresentou como uma excelente chance para esses indivíduos obterem riquezas no Oriente.

Há que considerar, todavia, o contexto social do continente europeu àquela época. O crescimento populacional e a conseqüente falta de terras em determinadas regiões corroborou para o aumento do número de alistamentos. O avanço dos normandos e outros povos bárbaros no noroeste da Europa fez com que, por medo desses grupos, algumas comunidades abandonassem suas propriedades e migrassem para outras localidades da Europa, o que acarretou em um considerável aumento demográfico em certas regiões (FALBEL, 2001, p. 36).

Além das questões agrárias, a estagnação da sociedade européia asfixiava qualquer tipo de melhoria social. “O dinheiro não circulava, a cultura estava acantonada na corte dos príncipes e nos mosteiros. Os poderes estavam fragmentados e a brutalidade caracterizava as relações sociais” (TATE, 2008, p. 28). Havia ainda uma intensa decadência moral; o cronista Guilherme de Tiro aponta que “tudo estava contaminado pela fraude, pelo engano e pela sedição. Prevalencia a maldade, a virtude desapareceu por completo, tornou-se inútil. Parecia que o mundo havia chegado a seu ocaso”¹⁹ (2015, p. 57). A busca por uma vida melhor pode, de fato, ter contribuído para o aumento do número de alistamentos por parte dos cruzados.

Evidências do aspecto espiritual: o financiamento e o êxodo pós- cruzada

O fator financeiro seria determinante, tanto para o êxito como para o fracasso de uma aventura no Oriente. Contudo, quando se discute acerca da Primeira Cruzada, pouco se menciona questões referentes a obtenção de fundos para a expedição. A ênfase geralmente é dada para o suposto retorno financeiro oriundos das conquistas territoriais.

¹⁹ Tradução livre do espanhol.

A Primeira Cruzada foi uma empreitada demasiadamente onerosa. A Igreja, representada por Urbano II, persuadiu a população a deixar seus respectivos lares e famílias para pegar em armas e lutar na Palestina; entretanto, era necessário um considerável aporte financeiro para realizar tal jornada. Não foi a Igreja que arcou com os custos da expedição. Essa incumbência ficou, principalmente, a cargo dos ricos senhores da Europa que aceitaram partir rumo à Ásia (FULCHER DE CHARTRES 1960 apud PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 83), pois foram incumbidos de proverem com as despesas de seus respectivos exércitos. Nenhum rei fez parte daquela expedição, no entanto, vários dos nobres que aderiram eram mais poderosos que os próprios reis (MICHELET, 2014, p. 237).

Muitos dos membros da Primeira Cruzada eram figuras proeminentes na Europa, possuíam grandes porções de terras e, para financiarem a ida de seus respectivos séquitos para a Cruzada, tiveram que se desfazer de suas propriedades. Como exemplo, citamos Roberto, duque da Normandia, filho do lendário Guilherme, o Conquistador, que penhorou seu ducado para o irmão, Guilherme, como forma de angariar fundos para sua campanha (MICHAUD, 1956, p. 153); Raimundo, Conde de Toulouse e Saint Gilles, já sexagenário à época da expedição manifestava o desejo de terminar seus dias na Terra Santa (RUNCIMAN, 2003, p. 108); doou diversas propriedades ao monastério de Saint-Gilles, outras terras, todavia, tivera que vender para financiar sua empreitada. Godofredo de Bouillon, duque da Baixa Lotaríngia²⁰, descendente por parte de mãe do imperador Carlos Magno (MICHAUD, 1956, p. 144); “levantou dinheiro para sua jornada, vendendo suas propriedades e penhorando seu castelo para o bispo de Liège” (BARTLETT, 2002, p. 83).

Ressaltamos que o movimento não obteve total aderência por parte desses abastados europeus, pois muitos consideravam ser mais vantajoso manter suas propriedades do que se desfazerem delas em prol de um projeto incerto. Alguns dos senhores daquela época não se comoveram com o apelo papal, tampouco demonstraram interesses econômicos na Ásia, pois, como explicou Voltaire (2015, p. 312), “tinham nos seus domínios interesses demais para cuidar e não queriam deixar um país agradável para ir guerrear na Arábia Pétreá”.

Não era apenas a nobreza que se desfazia de propriedades para financiar a ida ao Oriente, indivíduos em precárias condições financeiras também buscavam meios de levantar recursos para se juntarem a Cruzada; tentavam arrecadar o necessário

²⁰ Região que atualmente faz parte da Bélgica.

através de doações, mas, quando fosse preciso se desfaziam de seus escassos bens, conforme relato de um cronista árabe:

Aqueles que não podiam vir pagaram as despesas daqueles que iriam bater-se em seu lugar. Um dos prisioneiros me contou que era filho único e que sua mãe tinha vendido a própria casa para lhe fornecer o equipamento. As motivações religiosas e psicológicas dos *franji* eram tais que eles estavam prontos a vencer quaisquer dificuldades para chegar a seus fins (IBN AL-ATHIR, apud MAALOUF, 1989, p. 193).

Devemos considerar que, conforme explicou Armstrong (2011, p. 334) “a Cruzada era uma aventura assustadora, perigosa e cara. A maioria dos participantes perdia tudo que tinha e precisava de muito idealismo para sobreviver.” Exposto isto, observamos que um dos fatores que sugerem que as motivações espirituais predominaram naquele movimento foi o êxodo ocorrido após os cristãos conquistarem a Cidade Santa e muitas outras regiões da Palestina. Espera-se que em uma guerra de conquista os vencedores ocupem de forma maciça e permaneçam nos territórios por eles conquistados, seja de forma definitiva, com intuito de colonizar a região, ou temporária, apenas para recuperar o investimento feito.

O que se viu após o êxito bélico dos cristãos latinos no Oriente foi o retorno em massa às suas respectivas regiões na Europa, nas quais voltaram às suas atividades laborais, no caso dos pobres, ao passo que os grandes senhores “retomaram o governo de sobre regiões ricas e substanciais” (KOSTICK, 2010, p. 166). Os cruzados consideraram que seus votos estavam cumpridos e regressaram para seus lares. Essa retirada fez com que surgisse um inesperado problema para os governantes cristãos: o baixo número de soldados para defender a cidade que a partir daquele momento era de sua posse.

Ao fim da Primeira Cruzada, quando o duque Godofredo de Bouillon fora designado para governar Jerusalém, apenas trezentos cavaleiros e dois mil homens de infantaria haviam permanecido na região (RUNCIMAN, 2013, p. 272). Problema semelhante ocorreu quando Balduíno sucedeu Godofredo no controle da Cidade Santa, pois “no dia seguinte à queda de Jerusalém, a maior parte dos *franji* voltou para seu país. Baudoin só pode contar, quando sobe ao trono, com algumas centenas de cavaleiros” (MAALOUF, 1989, p. 69). Na falta de remanescentes da Cruzada recorria-se a habitantes do próprio Oriente para ocupar a região. Supria-se, dessa forma, a falta de material humano para a manutenção do território conquistado. Nas palavras de um cronista da época, foi preservado aos muçulmanos o direito de manter a posse de suas respectivas propriedades (IBN JOBAIR apud MAALOUF, 1989, p. 174).

Considerações finais

Em virtude do que analisamos no presente artigo, observamos a preponderância do fator espiritual para a realização da Primeira Cruzada. Em nossa concepção esse movimento ocorreu, com efeito, por causa da espiritualidade do homem medieval. Contudo, os fatores político e econômico, também apresentados como justificativa para a Primeira Cruzada podem ser consideradas plausíveis, pois há fundamento histórico para os mesmos. A escolha da prevalência depende da perspectiva de cada pesquisador. Observamos duas ocorrências, uma anterior e outra posterior àquela expedição que corroboram nossa tese: o financiamento da Cruzada e o êxodo ocorrido após a vitória cristã na luta por Jerusalém.

No que tange ao financiamento, questão pouco levada em consideração nos estudos do referido tema, fica evidente, de acordo com as fontes consultadas, que aqueles indivíduos tinham mais a perder do que a ganhar com suas adesões. Tratava-se de uma viagem longa e dispendiosa para enfrentar um inimigo desconhecido. O alto investimento necessário implicava na impossibilidade de recuperar os recursos gastos. Fosse meramente por motivo expansionista, consideramos que, talvez, seria mais conveniente aumentar suas posses na própria Europa, sem necessidade de se aventurarem no Oriente. A história mostra que poucos, realmente, fizeram fortuna na Ásia, como Boemundo e Balduíno, que se tornaram importantes senhores em cidades sírias. Boa parte dos peregrinos foi à bancarrota após a cruzada; outros permaneceram demasiado tempo ausentes da Europa que ao voltarem viam-se em situação de inferioridade nas contendas políticas de suas regiões, como é o caso de Roberto da Normandia, que estava na condição de sucessor direto ao trono da Inglaterra antes de partir com a Cruzada e, ao regressar, estava completamente preterido da disputa.

O êxodo ocorrido logo após o fim da Primeira Cruzada evidencia o apreço pelas questões espirituais. A recompensa prometida pelo Papa para aquele que completasse a jornada era a remissão dos pecados e a conseqüente salvação. Dessa forma, os peregrinos consideraram cumpridos seus votos e regressaram a seus territórios de origem na Europa. Essa retirada é relatada tanto em crônicas latinas como em textos árabes contemporâneos das cruzadas. Não houve uma intensa colonização européia na Síria e Palestina. Mesmo as regiões governadas por cristãos latinos, eram ocupadas majoritariamente pelos cristãos orientais e por muçulmanos.

Quando aborda-se acerca da Primeira Cruzada, notamos que há um predomínio de julgamento em detrimento da tentativa de compreensão. Isso se deve ao fato do referido tema englobar diversos aspectos, do bélico ao religioso, passando pelo econômico e político. Dessa forma, o assunto extrapola os debates acadêmicos e passa a ser discutido por um público mais abrangente. O fato de a Cruzada ser, vez ou outra, lembrada após atos hostis praticados por grupos fundamentalistas, colaboram na difusão desse tema.

Em algumas ocasiões pode ser que tenhamos ouvido que as cruzadas deixaram uma ferida aberta nas relações entre Ocidente e Oriente. Contudo, aqueles eventos devem ser tratados como um produto de sua época e, portanto, sem qualquer juízo de valor. Aqueles indivíduos eram agentes de seu próprio tempo, em que a superstição e religiosidade estavam, para a maior parte da população, acima da racionalidade.

Sobre o autor

Jeferson Dalfior Costalonga é graduado em História pela Faculdade Saberes (Vitória-ES) e graduando no curso de Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Contato: j.costalonga@hotmail.com

Referências bibliográficas:

- ALPHANDÉRY, Paul; DUPRONT, Alphonse. *La cristiandad y El concepto de cruzada*. Traducción de Aurelio Garzon Del Camino. Ciudad de Mexico: Unión Tipografica Editorial Hispano-Americana, 1959.
- ARMSTRONG, Karen. *Jerusalém: uma cidade, três religiões*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTLETT, W. B. *História ilustrada das Cruzadas*. Tradução de Nelson de Almeida Filho. São Paulo: Ediouro, 2002.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- CAHEN, Claude. *Oriente y Occidente en tiempos de las cruzadas*. Traducción de Agustín Ezcurdia Híjar. Fondo de Cultura Económica: Ciudad de México, 1989.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.
- COMNENO, Ana. *La Alexiada*. Traducción de Emilio Días Rolando. Sevilla: Editorial

Universidad de Sevilla, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

FALBEL, Nachman. *Kidush Hashem: crônicas Hebraicas sobre as Cruzadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FLORI, Jean. *Guerra Santa: Formação da idéia de cruzada no Ocidente cristão*. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GROUSSET, René. *Epopéia das Cruzadas*. Tradução de José Antônio Machado. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

GUILHERME DE TIRO. *Historias de Ultramar: Antecedentes y proclamación de La Primera Cruzada. El camino y La conquista de Jerusalén*. Traducción de Lorenzo Vicente Burgoa. Murcia: ADIH, 2015.

JESTICE, Phyllis G. *História das Guerras e Batalhas Medievais: O Desenvolvimento de Técnicas, Armas, Exército e Invenções de Guerra na Idade Média*. São Paulo: M.Books, 2012.

KOSTICK, Conor. *1099- A Primeira Cruzada e a dramática conquista de Jerusalém*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Rosari, 2010.

MAALOUF, Amin. *As cruzadas vistas pelos árabes*. 2. Ed. Tradução de Pauline Alphene e Rogério Muoio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MAYER, Hans Eberhard. *Historia de las cruzadas*. Traducción de Jesús Espino Nuño. Madrid, Istmo, 2001.

MICHAUD, Joseph François. *História das Cruzadas, Vol. 1*. Tradução de Vicente Pedroso. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

MICHELET, Jules. *História da França: Tomo II – Livros III e IV*. Tradução de Luiz Fernando Serra Moura Correia. Rio de Janeiro [s.n.], 2014.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Jerusalém: a biografia*. Tradução de Berilo Vargas e George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média: 1066-1453*. São Paulo: Ática, 1989.

PEDRERO-SÁNCHEZ. Maria Guadalupe. *História da Idade Média: Textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000.

PERNOUD, Regine. *A mulher no tempo das cruzadas*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1993.

RESTON JR., James. *Guerreiros de Deus: Ricardo Coração de Leão e Saladino na Terceira Cruzada*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas Vol. I: a Primeira Cruzada e a fundação do Reino de Jerusalém*. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

TATE, Georges. *O Oriente das Cruzadas*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOLTAIRE. *História das Cruzadas*. Tradução de Jefferson Rosado. São Paulo: Madras, 2015.